



## DINÂMICA DO CRÉDITO RURAL EM SANTA CATARINA: EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS NAS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS DA PECUÁRIA (2013-2024)

Alexandre Luís Giehl; Epagri/Cepa; [alexandregiehl@epagri.sc.gov.br](mailto:alexandregiehl@epagri.sc.gov.br)

Área Temática 8: **Desenvolvimento rural e agricultura familiar.**

### RESUMO

Entre 2013 e 2024, o crédito rural em Santa Catarina passou por transformações significativas. O número de contratos caiu 32,4%, de 214,7 mil para 145,1 mil, enquanto o valor financiado aumentou 130,4%, atingindo R\$ 20,89 bilhões em 2024. Esse crescimento reflete uma concentração de recursos em contratos de maior valor, especialmente na agricultura, cujo valor médio dos contratos subiu 421,6%, contra 91,3% na pecuária. A pecuária manteve relevância, representando 49,5% do valor financiado em 2024, próximo aos 50,8% de 2013, com a bovinocultura liderando (52,9% do valor em 2024), seguida pela avicultura (13,9%) e suinocultura (12,7%). O sistema de integração predominante na avicultura e suinocultura reduziu a dependência do crédito rural, já que as agroindústrias assumem grande parte dos custos. Na avicultura, 79,1% dos recursos foram para custeio, enquanto na suinocultura, 72,9% destinaram-se ao custeio, com participação crescente da industrialização (50,2% em 2024). Já a bovinocultura, menos integrada, demandou mais crédito para custeio e investimentos, especialmente na cadeia do leite. A análise também revelou limitações nos dados, que dificultam a distinção entre atividades específicas, como bovinocultura de corte e leite, ou avicultura de corte e postura. Recomenda-se a realização de novas análises, utilizando fontes complementares de dados, de forma a tornar as conclusões mais precisas.

**Palavras-chave:** crédito rural; pecuária; financiamento.

### 1. INTRODUÇÃO

É praticamente consensual que, do ponto de vista produtivo, o desempenho da agropecuária brasileira nas últimas décadas foi excelente, com crescimento da produção e da produtividade em praticamente todos os segmentos. Um exemplo disso são as lavouras de grãos. De acordo com os dados da Pesquisa Agrícola Municipal – PAM (IBGE, 2025a), entre 1988 e 2023 a área cultivada com grãos registrou expansão de 89,4%, enquanto a produção cresceu 388,2% no mesmo período. Da mesma forma, a pecuária também tem apresentado números



expressivos. Entre 1997 e 2023, o abate anual de bovinos cresceu 129,1%, embora o rebanho tenha se expandido somente 47,8% nesse período, o que foi possível graças à melhoria nas taxas de usufruto (IBGE, 2025b; IBGE, 2025c). Os suínos e frangos apresentaram resultados ainda mais impressionantes, com variação no número de animais abatidos de 319,7% e 191,9%, respectivamente, entre 1997 e 2023.

Em relação a esses crescimentos expressivos, Belik (2015) nos apresenta uma reflexão sobre os motores desse processo. Segundo o autor, o processo de modernização da agropecuária brasileira foi montado sobre um conjunto de políticas públicas que visavam a adoção de insumos modernos e mecanização das atividades, com um viés de especialização. Ainda de acordo com Belik, o elemento unificador deste pacote foi o crédito, institucionalizado no Brasil em 1965, quando foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Não por coincidência, é nesse período que se inicia a fase mais intensa do processo de modernização da agropecuária brasileira, denominado por diversos autores de “revolução verde”, processo que só foi possível graças ao aporte de volumes significativos de crédito, com juros altamente subsidiados.

Entre as décadas de 1960 e 1970, o SNCR funcionou de maneira a subsidiar o crédito disponibilizado aos produtores rurais, funcionando, inclusive, com taxas de juros negativas. Como resultado, nesse período houve intensa modernização da agricultura e o desenvolvimento das atividades agroindustriais. Por outro lado, nos anos, com um cenário externo desfavorável, somado à crise fiscal brasileira e a aceleração da inflação, observou-se forte redução dos recursos destinados ao SNCR, o que resultou no desmantelamento do sistema (Dornelas, 2020).

Fruto desse processo de desmonte, em 1996, o crédito rural atingiu seu valor real mais baixo desde 1966 (Ninaut, Matos, Caiado, 2009). Nos anos seguintes, contudo, observou-se uma retomada na tendência de crescimento do volume de crédito.

Segundo Bacha e Silva (2005), o crédito rural é composto pelos recursos oferecidos pelo sistema bancário à agropecuária e parte expressiva desses recursos segue as normas fixadas pelo SNCR.

O crédito rural desempenha um papel fundamental para a produção agropecuária, sendo um dos principais instrumentos de política agrícola e de desenvolvimento rural. O crédito rural foi indispensável para o financiamento da agricultura brasileira e continua tendo um papel de absoluta relevância para o setor (Pintor, Silva e Piacentini, 2015).



Macedo (2006), ao analisar a importância do crédito rural na modernização da pecuária de corte no Brasil, enfatiza que a melhoria nos indicadores zootécnicos da atividade registrados ao longo das décadas de 1980 a 2000, foi acompanhada pela ampliação no acesso a recursos de crédito rural por parte dos produtores.

Também não se pode deixar de reconhecer a importância da pecuária para a economia catarinense. Essa é uma das principais atividades econômicas do estado, com destaque para a produção de carne de frango, suína e bovina, além do leite.

Não obstante o reconhecimento da importância do crédito para o desenvolvimento da agricultura brasileira de forma geral e a relevância da produção pecuária para a economia catarinense, há carência de análises mais aprofundadas acerca da relação entre a evolução da pecuária catarinense e os recursos do crédito, uma vez que a maioria das pesquisas priorizam análises mais abrangentes sobre o sistema de crédito rural, ao invés de um olhar direcionado a esse segmento específico.

O presente trabalho analisa a evolução do crédito rural destinado à pecuária em Santa Catarina nos últimos doze anos, buscando compreender a dinâmica desse instrumento e sua relação com o desenvolvimento das atividades desse segmento no estado.

## **2. METODOLOGIA**

O artigo adota uma abordagem quantitativa e descritiva, de caráter exploratório, baseada na análise de dados secundários fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB) e por outras fontes, como a Epagri/Cepa.

Foram utilizados dados anuais de crédito rural em Santa Catarina, abrangendo os anos de 2013 a 2024, período em que os dados são disponibilizados pelo BCB. As informações incluem o número de contratos, valores financiados, distribuição por atividades (agrícola e pecuária) e finalidades (custeio, investimento, industrialização e comercialização). Além disso, foram considerados dados sobre o Valor da Produção Agropecuária (VPA) para contextualizar a relevância do crédito rural no setor.

Foram identificadas tendências e oscilações no volume de crédito e no número de contratos ao longo do período estudado, com destaque para o crescimento do valor financiado e a redução no número de contratos.



Os dados foram divididos entre agricultura e pecuária, com foco na evolução do crédito para cada atividade, especialmente na bovinocultura, avicultura e suinocultura.

O artigo reconhece limitações metodológicas, como a falta de detalhamento nos dados do BCB, que dificultam a distinção entre atividades específicas (ex.: bovinocultura de corte vs. leite) e a identificação precisa dos produtos financiados.

Os dados do BCB estão estruturados por ano, atividade (Agrícola ou Pecuária), finalidade ((Investimento, Custeio, Industrialização e Comercialização) e produto (quase uma centena de itens sob essa denominação). Para facilitar a análise, os produtos foram agrupados em categorias, denominadas de “Atividades Agropecuárias” (que não devem ser confundidas com a categoria “Atividade” originária do próprio bando de dados do BCB). Destas, três mereceram atenção especial, por sua relevância econômica para o estado: Avicultura, Suinocultura e Bovinocultura.

A metodologia combina análise estatística descritiva, segmentação de dados e contextualização econômica, com foco em identificar padrões e tendências no crédito rural catarinense.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Em 2013, foram celebrados 214,7 mil contratos de crédito rural em Santa Catarina, com valor financiado de R\$ 9,07 bilhões. Em 2024, o número de contratos celebrados caiu para 145,1 mil (-32,4% em relação a 2013), enquanto o valor financiado atingiu R\$ 20,89 bilhões (crescimento de 130,4%).

A análise dos dados demonstra oscilações nos montantes de crédito acessados entre 2013 e 2019. A partir de 2020, observa-se tendência de crescimento constante no total de recursos. O número de contratos, por sua vez, também oscila no período analisado. Contudo, há uma tendência predominante de queda entre 2013 e 2022. Nos anos de 2023 e 2024, registram-se novamente crescimentos, no que pode vir a se constituir na inversão da tendência anterior (Figura 1).



**Figura 1** – Evolução do crédito rural em Santa Catarina – Valor e nº de contratos



Fonte: BCB (2025), adaptado pelo autor.

Ao analisar somente os contratos destinados à atividade pecuária, também foram observadas variações significativas no período analisado. Em 2013, foram celebrados 66,3 mil contratos com essa finalidade, com valor financiado de R\$ 4,60 bilhões. Em 2024, o número de contratos subiu para 77,8 mil e o valor financiado atingiu R\$ 10,34 bilhões, altas de 17,4% e 124,5%, respectivamente. A pecuária respondeu por 49,5% do valor financiado em 2024, participação muito semelhante àquela registrada em 2013, quando o segmento foi responsável por 50,8% do crédito acessado pelos produtores catarinenses. Com exceção de 2018 a 2022, quando a participação da pecuária chegou a atingir o patamar de 33,8%, no restante do período analisado a distribuição dos valores manteve-se relativamente equilibrada entre o crédito agrícola e o pecuário, como evidencia a tabela 1.

**Tabela 1** – Evolução do crédito rural em Santa Catarina de acordo com a atividade

Ano	Valor financiado (R\$)		Número de contratos	
	Agrícola	Pecuária	Agrícola	Pecuária
2013	4.465.700.259,67	4.604.944.918,83	148.404	66.298
2014	5.269.997.297,46	5.561.549.841,19	129.543	57.551
2015	4.911.939.688,10	4.180.205.489,19	96.617	49.613
2016	4.125.171.754,45	3.457.076.694,03	78.696	35.519
2017	5.753.209.722,66	5.131.588.240,28	84.176	51.349
2018	8.135.784.718,49	4.156.533.686,77	81.910	53.512

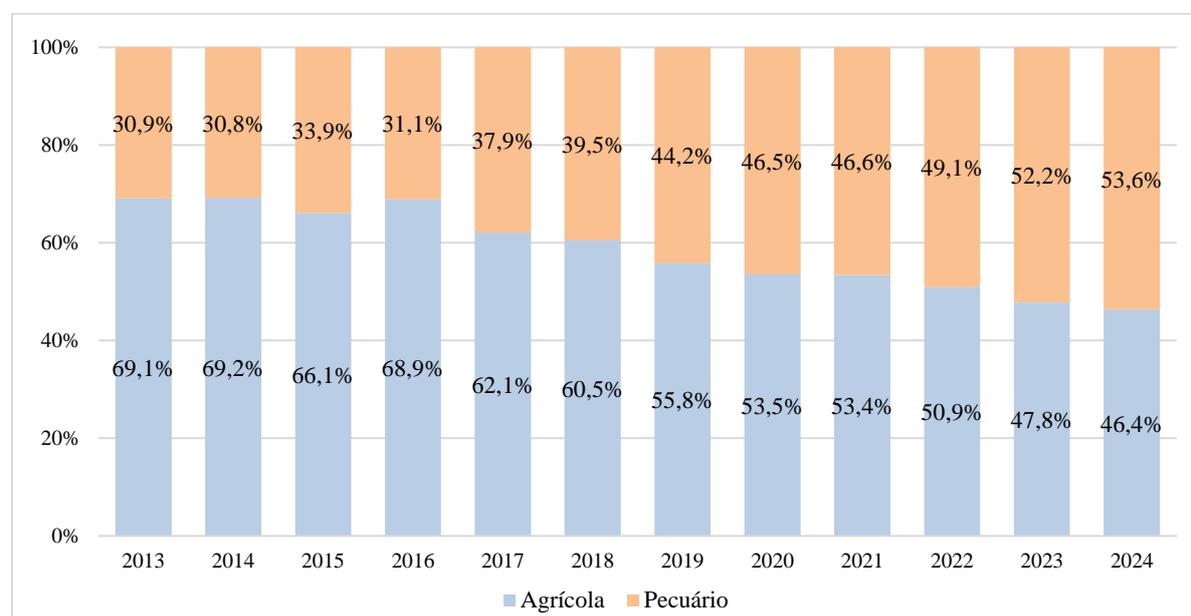


2019	5.137.376.374,12	3.750.949.316,82	66.247	52.460
2020	6.390.522.629,25	4.212.223.770,16	65.501	56.851
2021	8.541.881.786,85	6.485.588.114,32	69.457	60.594
2022	10.052.947.897,89	7.971.179.428,17	65.202	62.881
2023	10.519.599.735,04	10.260.965.721,82	65.715	71.729
2024	10.554.715.868,81	10.340.030.313,18	67.244	77.820

Fonte: BCB (2025)

Já em relação ao número de contratos, verifica-se um cenário distinto. Em 2013, a pecuária respondeu por 30,9% dos contratos de crédito celebrados em Santa Catarina, participação que cresceu gradativamente nos anos seguintes, até atingir o patamar de 53,6% em 2024 (Figura 2). Esse cenário é decorrente tanto do aumento no número de contratos de crédito pecuário, já mencionado anteriormente, quanto da queda no montante de contratos de crédito agrícola (-54,7% no período analisado).

**Figura 2** – Participação de cada atividade no total de contratos de crédito celebrados no ano



Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados do BCB (2025).

Outro aspecto que apresentou alterações expressivas foi o valor médio dos contratos. Considerando-se os valores totais, a média passou de R\$ 42,2 mil, em 2013, para R\$ 144,0 mil, em 2024, crescimento de 240,9%. Contudo, ao segmentar os dados, verificam-se comportamentos distintos entre as duas atividades: enquanto o valor médio dos contratos de crédito agrícola passou de R\$ 30,1 mil para R\$ 157,0 mil, aumento de 421,6% entre 2013 e 2024,



os de crédito pecuário tiveram variação de apenas 91,3%, passando de R\$ 69,5 mil para R\$ 132,9 mil no mesmo período. Desde 2018, o valor médio dos contratos de crédito agrícola supera os de crédito pecuário.

A segmentação por finalidade, por sua vez, demonstra que a maioria dos recursos destinados à pecuária ao longo do período analisado foram utilizados para o custeio da atividade (Tabela 2). Em 2024, quase dois terços (65,7%) do valor financiado destinou-se a essa finalidade, enquanto 24,7% foram utilizados para investimentos, 8,4% para industrialização e 1,2% para comercialização. Essa distribuição se assemelha às médias do período, que reforçam o forte predomínio dos recursos de custeio. Contudo, entre 2019 e 2022 verificou-se um expressivo crescimento de participação dos investimentos no montante total financiado. Esse processo atingiu seu ápice em 2020, quando 47,4% dos recursos acessados destinou-se a investimentos.

**Tabela 2** – Valor financiado por finalidade – Pecuária – SC (2023)

Ano	Comercialização (R\$)	Custeio (R\$)	Industrialização (R\$)	Investimento (R\$)	Total (R\$)
2013	168.918.040,56	3.412.461.973,23	-	1.023.564.905,04	4.604.944.918,83
2014	625.964.093,93	3.717.550.195,97	-	1.218.035.551,29	5.561.549.841,19
2015	193.895.245,83	2.928.281.356,21	-	1.058.028.887,15	4.180.205.489,19
2016	214.305.491,84	2.387.977.912,52	318.020.000,00	536.773.289,67	3.457.076.694,03
2017	240.324.423,90	3.822.711.433,02	147.120.160,51	921.432.222,85	5.131.588.240,28
2018	165.484.717,04	2.530.819.249,90	445.084.446,51	1.015.145.273,32	4.156.533.686,77
2019	139.248.235,97	2.326.148.959,57	108.101.140,24	1.177.450.981,04	3.750.949.316,82
2020	107.433.302,85	2.015.137.606,15	94.260.025,17	1.995.392.835,99	4.212.223.770,16
2021	225.871.097,84	3.033.117.975,20	541.566.629,81	2.685.032.411,47	6.485.588.114,32
2022	290.758.476,51	4.314.788.127,59	785.238.575,00	2.580.394.249,07	7.971.179.428,17
2023	83.838.252,29	6.414.245.849,37	1.155.351.460,50	2.607.530.159,66	10.260.965.721,82
2024	119.559.323,24	6.798.341.271,72	873.081.743,33	2.549.047.974,89	10.340.030.313,18

Fonte: BCB (2025).

Em relação ao crédito para industrialização, observam-se oscilações ao longo do período, com uma relativa estabilidade nos últimos quatro anos, quando a participação dessa modalidade esteve sempre acima de 8%, com pico de 11,3% em 2023. O crédito para comercialização, por outro lado, que chegou a apresentar participação expressiva no início da série histórica, respondendo por 11,3% dos recursos em 2014, reduziu sua relevância nos anos seguintes, em especial após 2018, até atingir o índice de 1,2% em 2024.



Nacionalmente, a participação dos investimentos no montante total de recursos financiados foi de 29,7% em 2024, um pouco superior à de Santa Catarina. Contudo, quando se analisa todo o período considerado, verifica-se uma gradativa redução da participação dessa finalidade, saindo de 45,3% em 2013, até chegar ao nível atual.

No presente artigo pretendia-se também analisar com mais profundidade os produtos financiados, identificando as espécies ou culturas aos quais os mesmos se destinavam. Contudo, nos deparamos com restrições de ordem metodológica, relacionadas ao detalhamento utilizado no sistema do Banco Central. A descrição dos produtos varia desde itens bastante específicos e cujo tipo de uso e espécie ou cultura ao qual se destinam é autoexplicativo, até outros bastante generalistas, que pouco esclarecem sobre o mesmo. Para citar alguns exemplos bastante apropriados para compreender a situação anteriormente descrita, têm-se produtos como “Aerador”, “Motobomba” e “Trator”, cuja caracterização é bastante objetiva. Por outro lado, há produtos como “Máquinas e implementos” e “Materiais industrializados”, acerca dos quais não se pode concluir muita coisa. Mesmo no caso dos produtos enquadrados no primeiro grupo, há diversos em que não é possível estabelecer a atividade agropecuária e/ou espécie a que se destina aquele financiamento, visto que itens como aqueles anteriormente mencionados podem ser utilizados em diversas atividades.

Inicialmente, identificou-se os produtos vinculados ao crédito pecuário. Na sequência, os produtos foram agrupados de acordo com a espécie ou atividade agropecuária a que se destinam. A tabela 3 apresenta os dados relativos às principais atividades agropecuárias financiadas, ranqueadas de acordo com os resultados de 2024.

**Tabela 3** – Valor financiado por atividade agropecuária – Pecuária – SC (2013/2024)

Atividade agropecuária	2013		2024	
	Valor financiado (R\$)	Participação	Valor financiado (R\$)	Participação
Bovinocultura	795.353.031,36	17,3%	5.474.133.920,77	52,9%
Avicultura	1.286.360.237,24	27,9%	1.433.627.878,06	13,9%
Suínocultura	1.402.297.244,33	30,5%	1.314.229.690,67	12,7%
Aquicultura e pesca	76.589.192,52	1,7%	236.616.062,48	2,3%
Outras atividades/espécies	3.039.403,01	0,1%	158.078.074,22	1,5%
Não identificada/não específica	1.041.305.810,37	22,6%	1.723.344.686,98	16,7%
<b>Total</b>	<b>4.604.944.918,83</b>	<b>100%</b>	<b>10.340.030.313,18</b>	<b>100%</b>

Fonte: BCB (2025).



Como é possível observar, em 2024 a bovinocultura foi a atividade agropecuária de produção animal que mais acessou recursos de crédito rural em 2024, respondendo por mais da metade dos recursos (52,9%), seguida pela avicultura (13,9%) e suinocultura (12,7%). Vale destacar que, em termos de Valor da Produção Agropecuária (VPA), a hierarquização é inversa, com a suinocultura ocupando a primeira posição, seguida pela avicultura e pela bovinocultura (nesse caso, somando-se o VPA da produção de leite e de carne bovina) (Epagri/Cepa, 2024).

Em função do formato de disponibilização dos dados, não é possível identificar se os recursos dos contratos agrupados como bovinocultura destinam-se à produção de carne ou leite. O produto “Bovinos”, por exemplo, que compõem este agrupamento e que, sozinho, responde por R\$ 5,23 bilhões em 2024, não especifica se esses bovinos são de corte ou de leite, impossibilitando a avaliação segmentada dessas duas cadeias produtivas. O produto “Leite”, também integrante desse agrupamento, respondeu por apenas R\$ 124,8 milhões em 2024. Mas isso não significa que tenha sido financiado apenas esse valor na atividade leiteira, já que o produto anteriormente citado provavelmente englobe itens associados a essa cadeia.

O mesmo vale para o agrupamento avicultura, que reúne duas cadeias produtivas associadas pela espécie animal, mas distintas em termos de produto resultante: avicultura de corte e avicultura de postura.

Uma possível explicação para esses resultados e a dissintonia em relação às principais atividades econômicas da agropecuária catarinense está relacionada ao modelo de produção adotado em cada uma delas. Tanto a avicultura de corte quanto a suinocultura desenvolvida em Santa Catarina baseiam-se no sistema de integração<sup>1</sup>. Segundo estudo realizado por Miele e Almeida (2023), a partir de dados do Censo Agropecuário de 2017, cerca de 87% dos suinocultores comerciais da região Sul do país eram integrados a alguma agroindústria ou cooperativa. No caso da avicultura de corte, a presença da integração é ainda mais expressiva. De acordo com Giehl e Mondardo (2021), duas dezenas de frigoríficos de grande porte eram responsáveis por cerca de 98% dos frangos abatidos em Santa Catarina em 2020, todos eles tendo como base a integração.

---

<sup>1</sup> O “sistema de integração” consiste no estabelecimento de um contrato de parceria entre o produtor e a agroindústria, no qual o agricultor é responsável pela produção da matéria-prima e a empresa se responsabiliza pelo fornecimento de assistência técnica, insumos (leitões ou pintinhos, rações, medicamentos, etc.) e toda a logística do processo. A primeira experiência brasileira de integração foi instalada em 1960, em Santa Catarina, pela empresa Sadia, tendo como base o modelo de produção verticalizado adotado nos Estados Unidos (Coelho e Borges, 1999).



No sistema de integração, grande parte das despesas de custeio das atividades é de responsabilidade da agroindústria, em especial a alimentação, medicamentos e os animais jovens. Dados do Centro de Inteligência de Aves e Suínos da Embrapa demonstram que os custos com alimentação, genética e sanidade respondem por 84,5% e 78,3% dos custos de produção de frangos e de suínos em Santa Catarina, respectivamente (Embrapa/CIAS, 2025). Assim, não há demanda dos produtores integrados para o financiamento desses elementos de despesa. O que se verifica com frequência é a busca de crédito para investimentos destinados à construção ou melhoria de galpões e equipamentos, itens cuja responsabilidade é do produtor.

Em consonância com a perspectiva anteriormente descrita, estudo realizado por Moori, Caldeira e Procópio (2013) concluiu que a demanda de crédito na avicultura de corte está concentrada essencialmente nos investimentos que necessitam ser realizados nos aviários, já que a maioria dos insumos (pintos de um dia, alimentação e medicamentos), bem como a logística envolvida na operação (desde a entrega dos pintinhos e insumos, até a retirada das aves prontas para o abate) fica sob responsabilidade das empresas integradoras. Ainda de acordo com os autores, o capital de giro necessário para mão de obra, energia e água utilizadas no aviário, fica sob responsabilidade do integrado, sendo comumente suportado pelas próprias receitas auferidas no negócio. Eventualmente, essas despesas podem vir a ser financiadas, se as taxas forem atrativas e houver disponibilidade de crédito para tal fim.

Aos integrados, cabe também disponibilizar os galpões e equipamentos, sendo sua responsabilidade arcar com tal investimento inicial. Embora o crédito bancário tenha um importante papel na viabilização dos aviários, em especial no caso de agricultores familiares, Moori, Caldeira e Procópio destacam que as dificuldades enfrentadas durante o processo de análise das propostas encaminhadas às instituições financeiras tendem a fazer com que muitos produtores utilizem recursos próprios para a construção dos galpões e instalação dos equipamentos, caso tenham possibilidade de realizar tal aporte.

Já no caso da bovinocultura, a situação é completamente distinta. A cadeia produtiva do leite, embora apresente organização e estruturação crescentes nos últimos anos, não adota os moldes da integração no relacionamento das agroindústrias com os produtores, o que justifica sua maior necessidade de acesso ao crédito rural, tanto para investimentos quanto para custeio. A bovinocultura de corte, por sua vez, apesar da presença de alguns frigoríficos de porte



significativo no estado, está ainda mais distante da dinâmica de gestão centralizada que caracteriza a avicultura e a suinocultura catarinenses.

Não obstante as considerações acima, quando se verifica a distribuição dos valores direcionadas a cada atividade agropecuária segundo a finalidade, alguns resultados interessantes vêm à tona (Tabela 4).

**Tabela 4** – Valor financiado por atividade agropecuária e finalidade – Pecuária – SC (2024)

Atividade agropecuária	Finalidade				TOTAL (R\$)
	Investimento (R\$)	Custeio (R\$)	Industrialização (R\$)	Comercialização (R\$)	
Bovinocultura	552.424.558,95	4.789.829.331,25	113.721.743,33	18.158.287,24	<b>5.474.133.920,77</b>
Avicultura	103.165.327,57	1.145.462.550,49	100.000.000,00	85.000.000,00	<b>1.433.627.878,06</b>
Suinocultura	62.601.969,28	576.426.685,39	659.300.000,00	15.901.036,00	<b>1.314.229.690,67</b>
Aquicultura e pesca	17.297.466,41	217.481.041,20	-	500.000,00	<b>235.278.507,61</b>
Outras atividades/espécies	6.782.484,18	32.371.663,39	60.000,00	-	<b>39.214.147,57</b>
Não identificada/não específica	1.806.776.168,50	36.770.000,00	-	-	<b>1.843.546.168,50</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.549.047.974,89</b>	<b>6.798.341.271,72</b>	<b>873.081.743,33</b>	<b>119.559.323,24</b>	<b>10.340.030.313,18</b>

Fonte: BCB (2025).

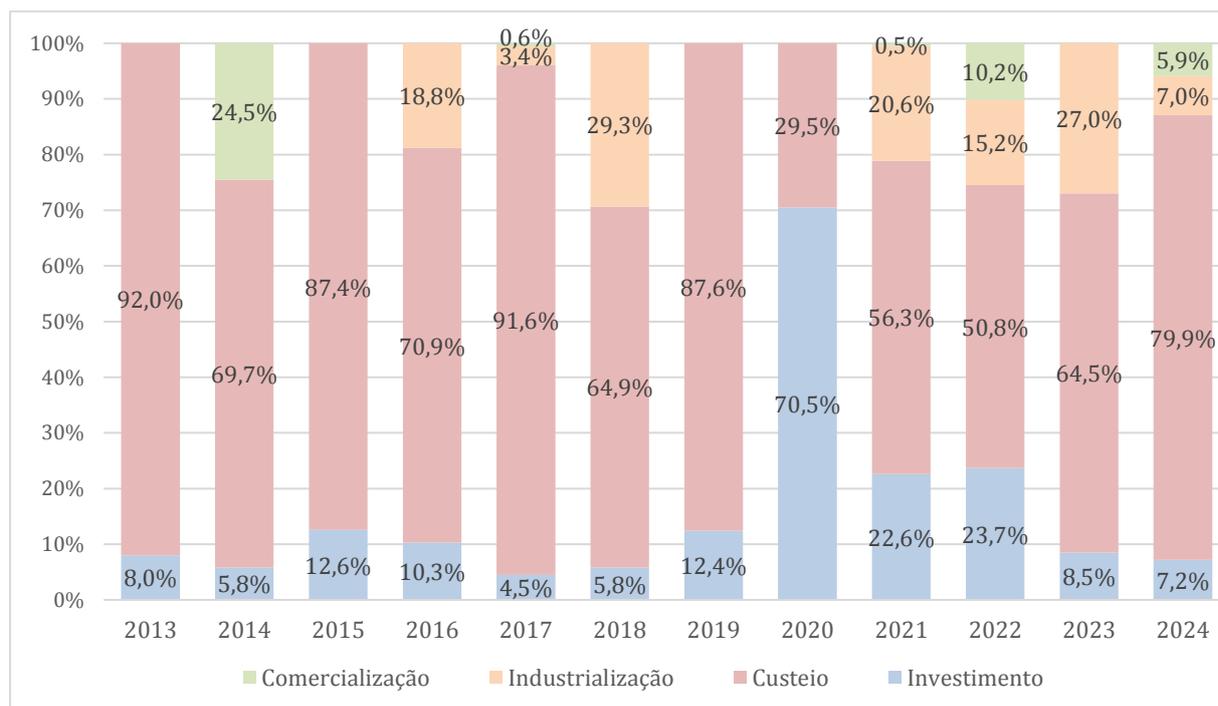
Em 2024, os investimentos responderam por somente 7,2% do valor financiado relativo a itens diretamente vinculados à avicultura, conforme estabelecido na metodologia do presente artigo. Por outro lado, o custeio respondeu por 79,9% do valor do mesmo ano, estando o restante distribuído entre as finalidades “Industrialização” (7,0%) e “Comercialização” (5,9%). Tal cenário não é muito distinto daquele observado em 2013, quando 8,0% dos recursos de crédito para essa atividade agropecuária destinaram-se a investimentos e 92,0% ao custeio. Ao longo do período, observam-se algumas oscilações, em especial pela existência ou não de contratos de comercialização e industrialização, que em determinados anos chegaram a representar montantes próximos a 30% (Figura 3).

Contudo, se considerarmos apenas os recursos de custeio e investimento, o predomínio absoluto do custeio é quebrado somente em 2020, quando os investimentos responderam por 70,5% dos recursos alocados na avicultura. Índices expressivos também foram registrados em 2021 e 2022 (22,6% e 23,7%, respectivamente). Não é objetivo do presente estudo adentrar na



análise das razões para tais variações abruptas no período mencionado, mas recomenda-se a realização de estudos adicionais com tal finalidade.

**Figura 3** – Participação de cada finalidade no valor financiado anualmente - Avicultura



Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados do BCB (2025).

Nos 12 anos analisados, 79,1% dos recursos de crédito para a avicultura destinaram-se a custeio, 13,1% para investimentos, 4,2% para comercialização e 3,6% para industrialização.

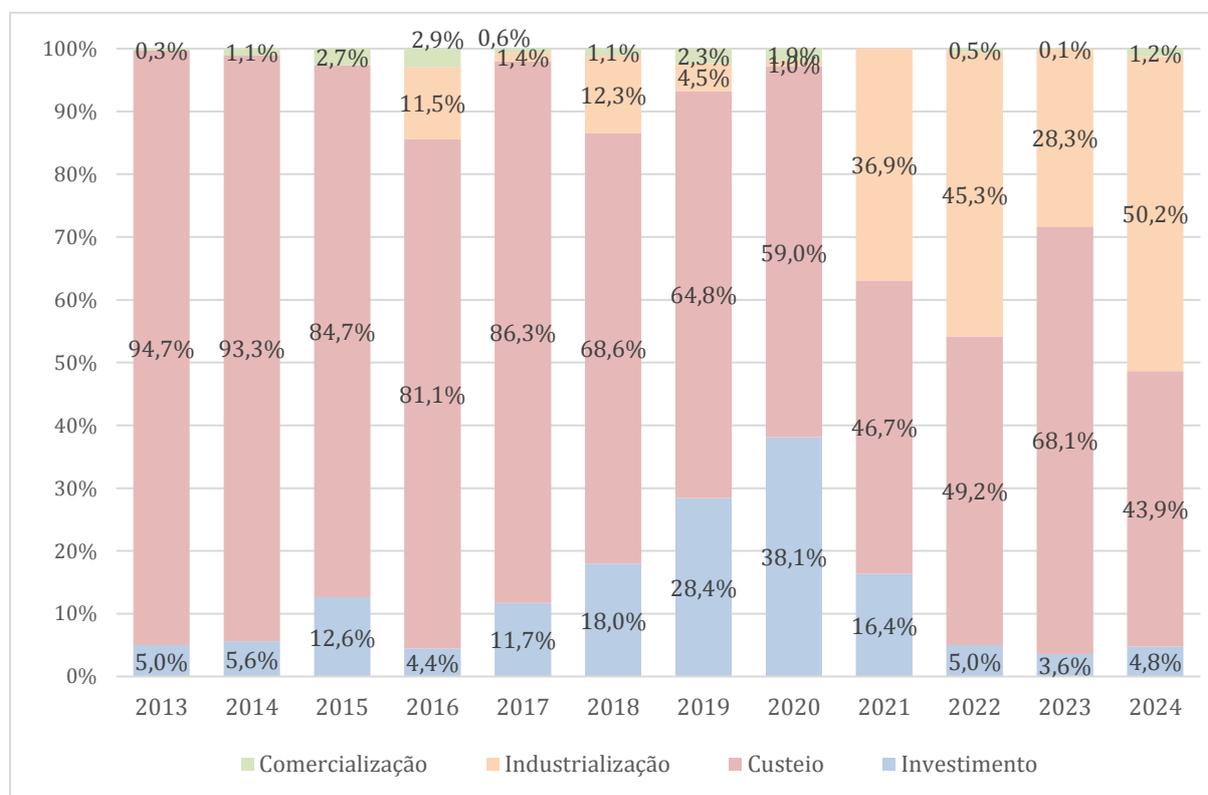
Conforme já ressaltado anteriormente, o formato de apresentação dos dados não permite distinguir a avicultura de corte da avicultura de postura, o que resulta da impossibilidade de conclusões mais apuradas, já que essas duas cadeias, embora tenham no centro a mesma espécie animal, possuem características totalmente distintas, principalmente no que diz respeito à relação com as agroindústrias. Corroborando essa perspectiva, Amaral *et al* (2014) ressaltam que, diferentemente do corte, no modelo de avicultura de postura amplamente adotado no Brasil o sistema de integração é pouco utilizado, predominando a produção verticalizada, na qual o produtor é também o processador de seus ovos.

O comportamento do crédito para a suinocultura apresenta algumas semelhanças em relação à avicultura, conforme veremos adiante, mas também com características específicas, em especial nos últimos quatro anos. Dos recursos destinados à atividade em 2024, verifica-se que



apenas 4,8% destinam-se a investimentos, enquanto 43,9% foram utilizados para custeio. A parcela mais expressiva do crédito do ano em questão foi utilizada para a finalidade “Industrialização” (50,2%), enquanto os recursos de comercialização somaram 1,2% (Figura 4). Desde 2021 tem se verificado expressiva participação dos recursos para industrialização no total financiado no âmbito dessa atividade. Na avicultura também há anos com participação relevante dos recursos de industrialização, mas esse movimento não parece ter tanta consistência e continuidade quanto na suinocultura, além da participação ser maior na segunda.

**Figura 4** – Participação de cada finalidade no valor financiado anualmente - Suinocultura



Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados do BCB (2025).

Com exceção de 2024, há um claro predomínio dos recursos de custeio. Os recursos de investimento se mantém em patamares baixos na maior parte do período analisado, com exceção de 2017 a 2021, quando apresentam tendência de crescimento até atingir o ápice de 38,1% em 2020. Vale destacar que os investimentos para a avicultura também apresentaram seu ápice de participação em 2020, sendo recomendável uma análise mais detalhada sobre as razões desses



fenômenos. De 2022 em diante, os investimentos novamente registraram participação bastante reduzida.

Nos 12 anos analisados, 72,9% dos recursos de crédito para a suinocultura destinaram-se ao custeio da atividade, 15,6% para a industrialização, 10,3% para investimentos e 1,2% para comercialização.

Embora o sistema de integração seja predominante na suinocultura catarinense, os suinocultores independentes ainda possuem participação relevante, seja no total de produtores ou no volume de produção. Tendo em vista que os principais custos de produção da suinocultura integrada são de responsabilidade da integradora, conforme já detalhado anteriormente, é possível supor que grande parte do crédito destinado ao custeio da atividade seja acessado pelos produtores independentes. Contudo, há necessidade aprofundamento das análises para que essa hipótese seja ratificada ou refutada.

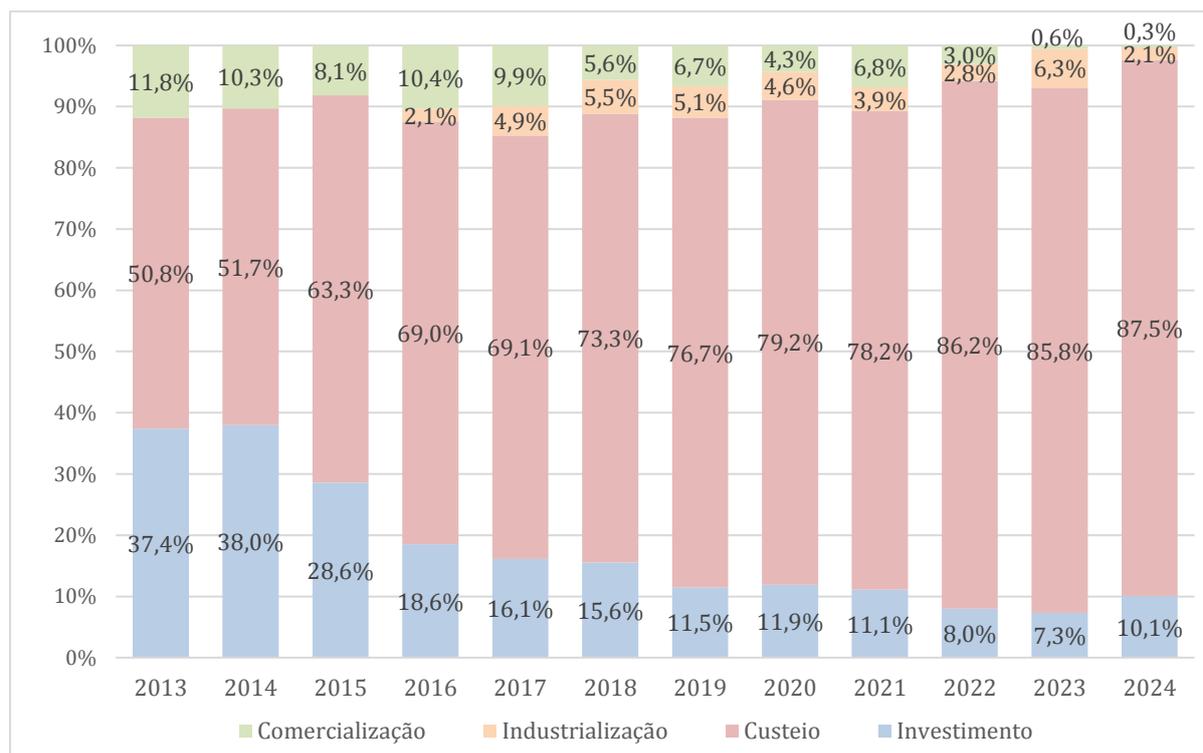
Quanto aos recursos de industrialização, vale destacar o perfil da cadeia produtiva da suinocultura catarinense. De acordo com estudo de Giehl e Mondardo (2019), o setor de abates de suínos de Santa Catarina apresenta uma grande diversidade em termos de tamanho e perfil de abatedouros. De acordo com os autores, há grande número de estabelecimentos de pequeno e médio porte, a maioria deles com inspeção estadual ou municipal, não obstante o fato de quase 90% dos animais serem abatidos em estabelecimentos com inspeção federal, a maioria de grande porte. Para que se tenha uma ideia, dos 146 abatedouros existentes em 2018, 62% abatiam menos de 10 mil suínos por ano, o que equivale a menos de 40 animais por dia útil. A presença desse conjunto diverso de estabelecimentos tende a demandar acesso a crédito controlado para a realização de ampliações ou reestruturações, haja vista a baixa capitalização das unidades de porte pequeno e médio. Contudo, não aprofundaremos tal análise no presente trabalho, podendo a mesma ser objeto de estudos futuros.

Por fim, analisa-se as características do crédito para a bovinocultura, que apresenta um padrão próprio de evolução, como veremos na sequência. Conforme evidencia a figura 5, em 2013 pouco mais da metade (50,8%) dos recursos destinados à bovinocultura destinavam-se ao custeio da atividade, com 37,4% sendo utilizados para investimentos e 11,8% para comercialização. Esse cenário manteve-se estável no ano seguinte. Contudo, a partir de 2015 verifica-se uma gradativa redução da participação dos montantes destinados a investimentos e a maior presença do crédito de custeio. A participação dos recursos de comercialização também



foi sendo gradativamente reduzida, enquanto o crédito para industrialização passou a se fazer presente de forma constante depois de 2016.

**Figura 5** – Participação de cada finalidade no valor financiado anualmente - Bovinocultura



Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados do BCB (2025).

De acordo com os dados do Banco Central, no período de 12 anos analisado no presente estudo, 79,1% dos recursos de crédito para a suinocultura destinaram-se ao custeio da atividade, 13,1% para investimentos, 4,2% para comercialização e 3,6% para a industrialização.

Assim como no caso da avicultura, a bovinocultura também reúne duas cadeias produtivas que, embora estejam baseadas na mesma espécie animal, apresentam características distintas. Os dados disponibilizados pelo Banco Central não permitem uma distinção precisa entre os recursos aplicados na bovinocultura de corte e na bovinocultura de leite, com exceção de alguns poucos itens. Essa condição dificulta uma análise aprofundada sobre o comportamento do crédito para essa atividade, sendo recomendável a realização de estudos adicionais e o uso de fontes de dados complementares, de forma a superar essas limitações.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do crédito rural para a pecuária em Santa Catarina entre 2013 e 2024 revela transformações significativas no volume de recursos financiados e no número de contratos celebrados. Embora o número de contratos tenha apresentado uma tendência de queda ao longo da maior parte do período, com redução de 32,4% em relação a 2013, o valor financiado cresceu expressivamente, atingindo R\$ 20,89 bilhões em 2024, aumento de 130,4% em relação ao início da série histórica. Esse cenário reflete uma maior concentração de recursos em contratos de maior valor, especialmente na agricultura, cujo valor médio dos contratos aumentou 421,6% no período, enquanto na pecuária o crescimento foi de 91,3%. Essa dinâmica sugere uma mudança no perfil dos financiamentos, com maior foco em investimentos de maior escala.

A pecuária manteve-se como uma atividade central no crédito rural catarinense, respondendo por quase metade do valor financiado em 2024 (49,5%), patamar semelhante ao observado em 2013 (50,8%). No entanto, a distribuição dos recursos entre as atividades agropecuárias variou ao longo do período, com a bovinocultura emergindo como a principal beneficiária, representando 52,9% do valor financiado em 2024. A avicultura e a suinocultura, embora sejam atividades de grande relevância econômica no estado, apresentam menor dependência do crédito rural, especialmente devido ao modelo de integração predominante nessas cadeias, que transfere parte significativa dos custos de operação para as agroindústrias.

Embora a literatura aponte que, na avicultura e suinocultura, a maior demanda por crédito normalmente se dê para a construção dos galpões e aquisição de equipamentos, despesas cuja responsabilidade cabe ao produtor, o que a análise dos dados demonstrou é que a maior parcela dos recursos aplicados nessas duas atividades nos últimos 12 anos destinou-se a despesas de custeio: 74,6% na avicultura e 72,9% na suinocultura, enquanto os gastos com investimentos ficaram pouco acima de 10% em ambos os casos.

Tal cenário provavelmente está relacionado a características específicas dessas atividades, não afetas à integração. No caso da avicultura, é necessário ressaltar que os dados disponíveis não permitem distinção entre corte e postura, o que pode levar a interpretações imprecisas. Diferentemente da avicultura de corte, a cadeia produtiva da postura possui baixo grau de integração, o que leva a distinções na dinâmica de funcionamento e na necessidade de crédito. A suinocultura, por sua vez, ainda conta com uma presença expressiva de produtores não



integrados, que possuem demandas de crédito diversas daquelas normalmente associadas aos integrados.

A bovinocultura, outro lado, demanda maior atenção devido à sua dependência de recursos para custeio e investimentos. Prova disso é o fato de que, embora ocupe a terceira posição no ranking estadual de atividades agropecuárias, tomando como base o valor da produção, é a principal demandadora de crédito. Do total acessado ao longo do período analisado, 79,1% destinaram-se ao custeio e 13,1% a investimentos nessa atividade. Contudo, a limitação na separação entre o crédito destinado à bovinocultura de leite e de corte dificulta a realização de análises mais criteriosas e detalhadas.

Há que se ressaltar ainda que, além das limitações citadas anteriormente, parcela significativa dos recursos se direciona a itens que não estão, a priori, associados a uma ou outra atividade, como é o caso de veículos, tratores, materiais e equipamentos. Em 2024, 17,8% dos recursos enquadravam-se nessa categoria (denominada de “Não identificada/não específica” no presente estudo), o que equivale a R\$ 1,84 bilhão. É bastante provável que parte expressiva desses itens seja utilizada, de forma exclusiva ou complementar, em alguma das atividades agropecuárias analisadas neste artigo, o que pode afetar as conclusões. Contudo, as restrições metodológicas criam uma barreira à realização de análises mais precisas.

Por fim, a análise do crédito rural em Santa Catarina demonstrou a importância dessa política pública para o desenvolvimento das principais atividades econômicas do rural catarinense. Contudo, a limitação dos dados disponíveis, que dificulta a segmentação precisa entre atividades e finalidades, reforça a necessidade de aprimoramentos metodológicos e de busca de fontes complementares, de modo a permitir análises mais detalhadas e a caracterização precisa da relação entre o setor agropecuário catarinense e a política de crédito rural, possibilitando a identificação de eventuais gargalos e a proposição de ajustes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, G.; GUIMARÃES, D.; NASCIMENTO, J.C.; CUSTÓDIO, S. Avicultura de postura: estrutura da cadeia produtiva, panorama do setor no Brasil e no mundo e o apoio do BNDES. In: **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro: BNDES, n. 43, mar.2016, p. 167-207.

BACHA, C. J. C.; SILVA, G. S. Os novos instrumentos de financiamento do agronegócio. In: **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 36-38, set. 2005.



BCB. Banco Central do Brasil. **Tabelas de crédito rural**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2025.

BELIK, W. **O Financiamento da Agropecuária Brasileira no Período Recente**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2015.

COELHO, Carlos N.; BORGES, Marisa. O Complexo Agro-industrial (CAI) da avicultura. In: **Revista de Política Agrícola**, São Paulo, v. 8, n. 3, jul./ago./set. 1999, p. 10-22.

DORNELAS, L.N.D. Evolução da política de crédito rural no Brasil: uma análise histórica. In: **Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.27, n.2, abr./jun. 2020.

EMBRAPA/CIAS. **Custos de produção de suínos e frangos de corte por estado**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/CIAS>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2025.

EPAGRI/CEPA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**. v.1, Florianópolis: Epagri/Cepa, 2024.

GIEHL, A.L.; MONDARDO, M. Evolução do abate de suínos em Santa Catarina (2013/2018): entre a consolidação e a concentração agroindustrial. In: Anais do XIII Encontro de Economia, Catarinense. **Anais...** Criciúma: APEC, 2019.

GIEHL, A.L.; MONDARDO, M. Caracterização e dinâmica do abate de frangos em Santa Catarina. In: Anais do 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). **Anais...** Brasília: UnB, 2021. Disponível em: <https://sober.org.br/anais/caracterizacao-e-dinamica-do-abate-de-frangos-em-santa-catarina/>

IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal - PAM**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2025. (2025a)

IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal - PPM**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2023>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2025. (2025b)

IBGE. **Pesquisa Trimestral do Abate de Animais**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/abate/brasil>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2025. (2025c)

MACEDO, L.O.B. Modernização da pecuária de corte bovina no Brasil e a importância do crédito rural. In: **Informações Econômicas**, v.36, n.7, jul. 2006. p. 83-95.



MOORI, R.G.; CALDEIRA, A.; PROCÓPIO, E.M. O papel do crédito bancário no desempenho da cadeia produtiva: um estudo de caso na cadeia produtiva da avicultura de corte brasileira. In: **Revista Sistemas & Gestão**. v. 8, n. 3, 2013, p. 252-265.

NINAUT, E.S.; MATOS, M.A.; CAIADO, R.C. O crédito rural no Brasil – Evolução e panorama atual. In: **Revista de Política Agrícola**. Ano XVIII – No 3 – Jul./Ago./Set. 2009.

PINTOR, F.; SILVA, G.M.; PIACENTINI, C.A. Crédito rural e crescimento econômico no Brasil. In: **Revista de Política Agrícola**, ano XXIV, n.1, Jan./Fev./Mar. 2015. p. 5-19.